

MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA



RELATÓRIO DE GESTÃO



Introdução	2
1. Enquadramento	3
Principais Actividades.....	4
2. Investimento.....	4
2.1.1. Águas de consumo e residuais.....	4
2.1.2. Limpeza urbana, resíduos, jardins	5
2.1.3. Bandeira Azul.....	6
2.1.4. Obras e Urbanização	6
2.1.5. Serviços Protecção Civil	6
2.1.6. Actividades culturais	7
2.1.7. Actividades Sector Acção Social.....	9
2.1.7.4. Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava	10
Análise Económica e Financeira	13
3. Execução e Estrutura Orçamental.....	13
3.1.1. Despesa	13
Execução da despesa:	13
Composição da despesa:	15
Indicadores:	20
3.1.2. Receita	21
Execução da receita:	21
Composição da receita:.....	23
Execução da receita:	24
Evolução das receitas próprias:	27
Indicadores:	27
4. Análise patrimonial.....	29
4.1. Balanço	29
5. Análise de endividamento.....	32
6. Indicadores de gestão	35
7. Demonstração de resultados.....	36
Resultado líquido do exercício	38
8. Conclusão	39
9. Aplicação de resultados.....	39



INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a atividade desenvolvida, e a situação económica e financeira no ano de 2011, constituindo um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, pois permite obter de forma rápida e precisa, todas as informações fundamentais à avaliação global e acompanhamento da atividade do Município, tanto nos domínios orçamentais como económico e financeiro.

O Relatório de Gestão apresentado foi elaborado atendendo as especificações designadas no ponto 13 do Plano Oficial Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. No que concerne as demonstrações financeiras, as mesmas foram elaboradas atendendo não só as normas do referido Plano Oficial de Contabilidade mas também às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001, que determina a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Atendendo aos pressupostos anteriormente salvaguardados, cumpre salientar, que o Relatório de Gestão apresentado reúne as vertentes “patrimonial” e “orçamental”, procurando deste modo refletir o melhor possível, as linhas de gestão do órgão executivo.

O presente relatório, através dos diferentes métodos utilizados, (gráficos, rácios e quadros), tem como principais objetivos explicar de forma coerente e eficaz os níveis de execução, correlacionando-os com a sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e de tesouraria, apresentar a situação económica relativa ao exercício (1 Janeiro a 31 de Dezembro 2011), analisando o desenvolvimento da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento e por fim, caracterizar do ponto de vista patrimonial a situação financeira da autarquia atendendo ao valor apresentados no Balanço e na Demonstração de Resultados.



1. ENQUADRAMENTO

Em 2011, assistiu-se a nível internacional a uma desaceleração da economia mundial, em especial nas economias mais importantes com destaque para o abrandamento do crescimento dos EUA e do Japão e um decréscimo na evolução económica no interior da União Europeia.

O nível de incerteza do enquadramento económico internacional tornou-se particularmente elevado na segunda metade do ano, observando-se um aumentar sequencial dos riscos e incertezas, provocando um abrandamento no crescimento económico mundial, associado, na maioria dos países, à persistência de elevados desequilíbrios macroeconómicos (défices público e externo) e à fragilidade do mercado de habitação.

Por outro lado e diretamente ligado a instabilidade económica, observou-se a uma intensificação da crise das dívidas soberanas, em especial nos países periféricos Europeus, tendo inevitavelmente elevado no período mais recente, os riscos de contágio para os restantes países da Zona Euro, o que provocou uma forte instabilidade dos mercados financeiros internacionais e na diminuição da confiança dos agentes económicos.

Esta nova realidade colocou Portugal perante uma série de novas especificidades e exigências, o que pressupôs a necessidade de ajustamento das políticas internas para contornar a negatividade que assola a economia global. Deste modo optou por obter junto dos organismos Europeus e do Fundo Monetário Internacional auxílio, de modo a reequilibrar a sua economia e retomar o mais rapidamente possível o crescimento e o equilíbrio financeiro.

A semelhança de outros países Europeus, Portugal foi fortemente afetado pela desaceleração económica e observou desde logo uma redução acentuada nas exportações e um decréscimo dos apoios económicos e fontes de financiamento o que invariavelmente provocou um agudizar das dificuldades nos diferentes ramos de atividade e no custo de vida das famílias o que resultou num agravamento social, aumentado as carências e a instabilidade social.

Perante o agudizar dos problemas socioeconómicos, os Municípios que desde a alguns anos sofrem sucessivos cortes orçamentais, têm a seu cargo uma série de novas valências, o que conduziu a ajustamentos na linha de gestão autárquico e no modelo de desenvolvimento, procedendo a uma redefinição de prioridades.

O Município de Ribeira Brava, em resultado das condicionantes apresentadas, teve de reestruturar a sua estratégia, reforçando o apoio social e colocando todo o seu empenho na prossecução de investimentos estruturantes e de carácter essencial para o bem-estar e desenvolvimento.

Graças aos apoios disponibilizados pelo Governo Regional, e pelas mais variadas entidades Públicas e Privadas, aliadas ao empenho de todos os elementos ligados a Câmara Municipal da Ribeira Brava, foi possível dinamizar um elevado número de ações de modo a garantir uma melhoria das condições de vida dos nossos Municípes.



PRINCIPAIS ACTIVIDADES

2. INVESTIMENTO

Tal como nos anos anteriores, e atendendo a grave crise económica e financeira instalada no nosso país, o Município de Ribeira Brava continuou a reunir esforços no sentido de recuperar, construir estradas e caminhos agrícolas e municipais, permitindo dessa forma melhorar as condições de vida a população Ribeira-bravense.

2.1.1. ÁGUAS DE CONSUMO E RESIDUAIS

Ao longo do ano de 2011, no âmbito do programa anual de controlo de qualidade da água para consumo humano, o município de Ribeira Brava realizou diversos controlos de qualidade da água. Também procedeu a aquisição de diverso material desinfetante para os postos de cloragem, manutenção e colocação de novas redes de água potável, serviços de análises laboratoriais e procedeu a reparação e limpeza de diversos contadores de água potável.

O Município investiu durante o ano de 2011 em novas redes de água potável e procedeu a um elevado número de novas ligações nomeadamente nas seguintes freguesias:

Freguesia do Campanário:

- Ligações de novos consumidores - 1 595,53€.
- Novas Redes – 14 536,67€
- Investimento Total – 16 132,20€.

Freguesia de Ribeira Brava:

- Ligações de novos consumidores – 19 671,75€
- Novas Redes – 16 591,03€
- Investimento Total – 36 262,78€

Freguesia de Serra de Água:

- Ligações de novos consumidores – 536,67€
- Novas Redes – 1 416,09€
- Investimento total – 1 952,76€

Freguesia da Tabúa:

- Ligações de novos consumidores – 241,43€
- Novas Redes – 915,02€
- Investimento Total – 1 156,45€



Relativamente ao fornecimento de água para consumo humano, o Município faturou um total de 320.530,23€, o que representa um decréscimo na ordem dos 51% face a faturação de 2010 (659.720,93 €). Esta diminuição resulta da assinatura do Contrato de Adesão ao Sistema Multimunicipal de Distribuição de Água e Saneamento Básico e ao Sistema Multimunicipal de Recolha de Resíduos da Região Autónoma da Madeira entre a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A e o Município de Ribeira Brava em Fevereiro de 2011.

2.1.2. LIMPEZA URBANA, RESÍDUOS, JARDINS

O Município adquiriu diverso material e produtos de higiene e limpeza, executou diversos serviços de manutenção e conservação dos jardins, caminhos e veredas municipais, bem como o arranjo dos espaços públicos envolventes. O Serviço de Saneamento e Salubridade recolheu durante ano de 2011 cerca 3.305.620 kg de resíduos, verificando-se uma diminuição de 2.070.980 kg. Esta diminuição resulta da assinatura do contrato de adesão ao sistema multimunicipal de distribuição de água e saneamento básico e ao sistema multimunicipal de recolha de resíduos da região autónoma da Madeira entre a ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e o Município da Ribeira Brava tal como referido anteriormente.

Esses resíduos estão repartidos da seguinte forma:

Quantidades de Resíduos (kg) Afluentes Durante o ano 2010 e 2011

MUNICÍPIO DE RIBEIRA BRAVA								
TRATAMENTO	Quantidades Rececionadas em 2010 (kg)				Quantidades Rececionadas em 2011 (kg)			
	ETRS	ETZL	ETZO	TOTAL	ETRS	ETZL	ETZO	TOTAL
AS	36.840,00	-	20.940,00	57.780,00	2.340,00	-	5.560,00	7.900,00
IIRSU	1.308.880,00	2.806.940,00	800.680,00	4.916.500,00	2.990.760,00	-	50.400,00	3.041.160,00
ICRSU	-	-	13.660,00	13.660,00	-	-	11.940,00	11.940,00
ICRSU (N)	-	-	-	-	3.240,00	-	-	3.240,00
Parque de Pneus	-	-	2.480,00	2.480,00	1.600,00	-	480,00	2.080,00
TRIAGEM	Embalagens Papel/Cartão	-	3.780,00	160.960,00	-	-	55.680,00	55.680,00
	Embalagens de Vidro	-	2.080,00	114.880,00	-	-	109.580,00	109.580,00
	Embalagens Plásticas/Metálicas	-	1.200,00	28.820,00	-	-	24.940,00	24.940,00
REEE	-	-	5.240,00	5.240,00	-	-	3.000,00	3.000,00
Metais Recicláveis	-	-	42.300,00	42.300,00	-	-	15.360,00	15.360,00
TOTAL	1.345.720,00	2.814.000,00	1.182.900,00	5.342.620,00	2.997.940,00	0,00	276.940,00	3.274.880,00

Legenda:

ETRS - Estação Tratamento de Resíduos Sólidos (Meia Serra)

ETZL - Estação de Transferência e Triagem da Zona Leste (Porto Novo)

ETZO - Estação Transferência da Zona Oeste (Meia Légua)

AS - Aterro Sanitário de Resíduos Sólidos, Urbanos, Similares

IIRSU - Instalação de Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos

ICRSU - Instalação de Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos

(N) - Resíduos não faturados



2.1.3. BANDEIRA AZUL

A semelhança do ano transato, e ainda sob efeitos da tragédia do 20 Fevereiro, o Município não concorreu a bandeira azul.

Não obstante, e com o apoio de todos os colaboradores, foram desenvolvidos esforços no sentido de realizar ações que fossem de encontro as necessidades da população do Concelho, nomeadamente na preparação e manutenção da praia para a época balnear, na dinamização da biblioteca de praia e pela realização de animação nesse mesmo espaço. Criando desta forma um espaço de convívio e lazer a nossa população e a todos que nos visitam.

2.1.4. OBRAS E URBANIZAÇÃO

- Melhoria das Estradas e Caminhos Municipais;
- Construção da E. M. do Moreno, Pedra Mole – Ribeira Brava – Em Execução;
- Construção da E.M. do Rodes e Longueira – Campanário – Em Execução;
- Estrada Municipal entre os sítios da Pedra Nossa Senhora e Vigia – Campanário; - Em Execução;
- Estrada Municipal do Pico Ferreiro, Massapez e Apresentação – Tabúa – Em execução;
- Construção da E.M entre os sítios da Fonte Pinheiro, Moreno e Barreiro – Ribeira Brava – Em Execução;
- Recuperação do Caminho Agrícola da Ameixeira – Concluída;
- Recuperação do Caminho Agrícola da Madagua – Concluída;
- Reconstrução de Muro de Suporte no Caminho da Passada – Campanário – Concluída;
- Conservação e Reparação de Rede Viária, Muros de Guarda no Caminho da Volta do Meio e Caminho da Corujeira – Concluída;

2.1.5. SERVIÇOS PROTECÇÃO CIVIL / FUNÇÕES SOCIAIS (ACÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO)

O Município de Ribeira Brava, face as dificuldades crescentes e com vista a prevenir e combater situações de desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social, através da promoção de acções que facilitem a melhoria das condições de vida dos estratos sociais mais desfavorecidos. Em especial após os trágicos acontecimentos de 20 de Fevereiro de 2010.



Neste sentido e cumprindo com as suas obrigações sociais, procedeu respetivamente:

- Atualização do Protocolo existente entre esta Autarquia e a Associação de Bombeiros Voluntários da Ribeira Brava, com base na resolução nº 720/2004 do Governo Regional, no montante de 12.387,02€ por mês.
- Promoção e apoio à Terceira Idade.
- Transportes escolares.
- Beneficiação e Manutenção dos Edifícios Escolares.
- Atribuição de bolsas de estudo aos alunos universitários, no valor de 45,00€ mensais.
- Contribui através do fornecimento de transporte para as visitas de estudo.
- Contribui através do fornecimento de transporte para as caminhadas a pé, organizadas pelas respetivas Associações Desportivas de Concelho.

2.1.6. ACTIVIDADES CULTURAIS, BIBLIOTECAS E TEMPOS LIVRES

Durante este exercício, o Município prosseguiu com apoio às diversas atividades recreativas e culturais, no âmbito da política seguida por esta Edilidade, uma vez que são áreas fulcrais de dinamização do Concelho.

Das várias atividades apoiadas por esta Autarquia, destacam-se as seguintes:

Janeiro

- Cantar dos Reis;
- II Concurso de Fotografia com o tema “A Natureza na Ribeira Brava”;
- V Mostra de Artesanato e Tradições Locais;
- Exposição “Só bem me quer”.

Fevereiro

- Exposição – Cascas de Cebola e Espinhas de Peixe;
- Lançamento do Concurso de Pintura Mural para o Espaço Mercado.

Março

- Exposição – Lar da Tábua;
 - Cortejos de Carnaval;
 - Dia da Árvore;
 - Conferência “Conversas Entre Mulheres”;
 - Feira das Oportunidades;
 - Exposição “Boas Práticas”.
-



Abril

- Exposição de Fotografia – A Arte na Palma das Mãos;
- Dia Mundial da Saúde.

Maiο

- Exposição – Associação C.D.S.João;
- Comemorações do Dia do Trabalhador;
- Exposição de Fotografia “A Ribeira Brava de Outros Tempos”;
- Comemorações do Dia do Concelho;
- XXVIII Encontro Regional de Bandas Filarmónicas;
- Serenatas – VI Encant Tunas;
- Feira Campanário;
- Feira de Formação Profissional;
- Exposição – Escola da Tábua;

Junho

- Curso de Iniciação à Informática para maiores de 50 anos;
- Dia Mundial da Criança;
- Concerto Trio New Sounds GCEA;
- Exposição – Olhares;
- Exposição – Semana das Expressões;
- Arraial São Pedro.

Julho

- Biblioteca de Praia;
- Exposição – Concurso de Pintura Mural;

Agosto

- Feira Artesanato;
- Exposição – Olhares Com Arte;

Setembro

- Exposição associação de Jet Sky da Madeira;
- Grande Prémio Jet Sky;
- Exposição – “Madeira em Tradição”;

Outubro

- Exposição III Encontro de Sketchers Madeira;
-



- Exposição “Património Nossa Identidade”;

Novembro

- Concerto Ensemble Vocal Regina Pacis CGEA;
- 2ª Feira das Oportunidades;
- Exposição Bombeiros Voluntários R. Brava;
- Festa da Castanha da Serra.

Dezembro

- Exposição – Escola Primária da Ribeira Brava;
- Feira Doces e Tradições de Natal;
- IV Encontro de Romagens e Romarias da Ribeira Brava.

2.1.7. ACTIVIDADES SECTOR ACÇÃO SOCIAL

2.1.7.1. INTERVENÇÃO DO SECTOR DE ACÇÃO SOCIAL

Ao longo do ano de 2011 a atuação do Sector de Acção Social desenvolveu-se aos seguintes níveis: intervenção social junto das Famílias atingidas pela Intempérie em articulação com a IHM. – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E. – no âmbito do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava.

Desenvolveram-se também algumas Ações pontuais, tais como a dinamização da Campanha Itinerante Contra a Violência Doméstica no Concelho da Ribeira Brava.

2.1.7.2. INTERVENÇÃO SOCIAL JUNTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA INTEMPÉRIE

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano anterior, acompanharam-se várias famílias atingidas pela Intempérie de Fevereiro de 2010, favorecendo-se a parceria com outras instituições, dentro e fora do Concelho. Consoante as particularidades de cada uma das famílias atingidas, a intervenção social por parte da Câmara Municipal da Ribeira Brava passou por:

- Encaminhar as famílias a serem apoiadas ao nível da reconstrução das habitações para a Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava (ADBrava);
- Em parceria com a ADBrava, instruir e acompanhar as candidaturas ao “Programa de Apoio às Famílias na Recuperação de Habitações atingidas pelo Temporal de 20 de Fevereiro” apresentado pela IHM;
- Sinalizar as famílias com necessidade de mobiliário e eletrodomésticos, à Caritas Diocesana do Funchal;
- Acompanhar o processo de realojamento de algumas das famílias afetadas, nas novas habitações do Aldeamento da Serra de Água.



O Aldeamento da Serra de Água, projeto da responsabilidade da IHM, cuja construção foi financiada pela Cruz Vermelha Portuguesa através do valor angariado com a campanha nacional “Juntos pela Madeira”, organizada em conjunto pela RTP e pelo Grupo Sonae, surge como a resposta habitacional a algumas das famílias desalojadas na sequência do Temporal.

Trata-se de um conjunto de 12 moradias de tipologias de dimensão mais pequena (T1 e T2), destinadas essencialmente aos agregados compostos, sobretudo, por pessoas mais idosas.

O realojamento é um processo complexo que não se limita à entrega das chaves de uma determinada habitação. Há todo um trabalho a desenvolver antes e depois do dito realojamento. Neste sentido realizaram-se as seguintes acções:

- Elaboração de um dossier com o levantamento das situações enquadráveis para o realojamento no Aldeamento da Serra de Água;
- Reunião com famílias selecionadas – apresentação do Aldeamento e das condições sob as quais serão atribuídas as habitações;
- Visitas domiciliárias, para levantamento dos equipamentos e mobiliários necessários para as novas habitações e posterior pedido de apoio à Cáritas para atribuição dos equipamentos e mobiliários necessários;
- Acompanhamento das entregas dos equipamentos e mobiliário.

2.1.7.3. ARTICULAÇÃO COM A IHM - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS DEGRADADOS

À semelhança do ano anterior, deu-se continuidade à articulação com a IHM, no âmbito do PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados. Assim, no sentido de verificar o estado de degradação dos imóveis, bem como as condições socioeconómicas da família, durante o ano de 2011 procedeu-se a algumas avaliações sociais de famílias com processos instaurados na IHM (elaboração de relatórios sociais), reuniu-se a documentação necessária e elaboraram-se novas candidaturas a este programa.

2.1.7.4. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA RIBEIRA BRAVA

À semelhança dos anos transatos, o Município da Ribeira Brava fez-se representar na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava (CPCJ), na modalidade restrita e alargada, pelo Vereador com o pelouro da Acção Social.

Na modalidade restrita, e através da Assistente Social cooptada, acompanharam-se vários Processos de Promoção e Protecção. O trabalho de acompanhamento destes processos envolveu a realização de entrevistas aos elementos do agregado familiar ou a outros elementos com interesse para o processo, articulação com as várias entidades do Concelho para recolha de informação, análise e avaliação da informação recolhida, elaboração de Acordos de Promoção e Protecção e acompanhamento das medidas aplicadas.



2.1.7.5. CAMPANHA ITINERANTE CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – “SÓ BEM-ME-QUER”

Em resposta ao pedido de colaboração que nos foi apresentado para dinamizar a Campanha Itinerante Contra a Violência Doméstica no Concelho da Ribeira Brava, e dando seguimento ao que se havia planeado, durante o mês de Janeiro realizaram-se várias acções com o objectivo de informar e sensibilizar a população para a problemática da Violência Doméstica. Na tabela seguinte apresentam-se as diferentes acções realizadas e a população abrangida.

T

Tipo de Ações	Nº de Ações Realizadas	Nº de pessoas abrangidas
Espetáculo Musical de Lançamento da Campanha	1	Aprox. 400
Ações de Sensibilização	10	231
Workshop T	2	32 (22 professores e 10 alunos de Secundário)
Missa	1	Aprox. 250
Exposição de trabalhos: “Afectos e Desafectos sob o Olhar da Inocência”	1	Indeterminado

Tabela 1 – Ações realizadas no âmbito da Campanha Contra a Violência Doméstica “Só Bem-Me-Quer”

Concretizado o plano de ação e fazendo uma breve avaliação da Campanha “Só Bem-Me-Quer” no Concelho, podemos considerar que houve uma boa adesão dos vários Organismos do Concelho e da população em geral, o que se traduziu pelo número de ações concretizadas e pelo número de pessoas abrangidas, expressos na Tabela 1, apresentada anteriormente.

Para a concretização das várias ações, podemos contar com o envolvimento dos seguintes Organismos:

- Casas do Povo de Campanário, Ribeira Brava, Serra de Água e Tabua;
- 11 Escolas de Ensino Básico e Secundário do Concelho;
- Centro Comunitário do Lugar da Serra;
- Paróquia da Ribeira Brava.



2.1.7.6. OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Para além de todas estas ações proporcionou-se, sempre que necessário, o atendimento e correto encaminhamento dos munícipes para os serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas.

2.1.7.7. APOIOS AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES

- Juntas de Freguesias;
- Casas do Povo;
- Associações Desportivas;
- Bombeiros Voluntários Ribeira Brava;
- ADBrava (Associação Desenvolvimento da Ribeira Brava);
- Clube Desportivo da Ribeira Brava;
- Banda Municipal.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3. EXECUÇÃO E ESTRUTURA ORÇAMENTAL

3.1.1. DESPESA

EXECUÇÃO DA DESPESA:

Tal como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa do município totalizou no final de 2011 o valor de € 9.723.306,62, um aumento de cerca de 1,50 milhões em relação a 2010 (8.219.846,49 €).

Esta variação deve-se sobretudo ao aumento significativo das despesas capital, que aumentaram cerca de 44% face ao exercício anterior. Em relação as despesas correntes estas totalizaram € 5.494.250,48, tendo aumentado sensivelmente 209 Mil Euros comparativamente a 2010.

QUADRO N.º1 EXECUÇÃO DA DESPESA

Despesas Correntes				
Despesas	Dotação	Execução	% Execução	% Global
Despesa Com Pessoal	1.763.834,00	1.675.162,19	95,0%	17,2%
Aquisição de Bens e Serviços	6.856.476,00	1.838.890,19	26,8%	18,9%
Juros e Outros Encargos	3.193.498,00	966.291,74	30,3%	9,9%
Transferências Correntes	1.136.910,00	950.008,41	83,6%	9,8%
Outras Despesas Correntes	64.024,00	63.897,95	99,8%	0,7%
Total Despesas Correntes	13.014.742,00 €	5.494.250,48 €	42,2%	56,5%

Despesas de Capital				
Despesas	Dotação	Execução	% Execução	% Global
Aquisição de Bens de Capital	17.359.843,99	3.434.531,26	19,8%	35,3%
Activos Financeiros	60.000,00	60.000,00	100,0%	0,6%
Passivos Financeiros	735.000,00	734.524,88	99,9%	7,6%
Total Despesas Capital	18.154.843,99 €	4.229.056,14 €	23,3%	43,5%

Total Geral	31.169.585,99 €	9.723.306,62 €	31,2%	100,0%
--------------------	------------------------	-----------------------	--------------	---------------



Graficamente, a despesa total teve o seguinte comportamento nos últimos três anos.

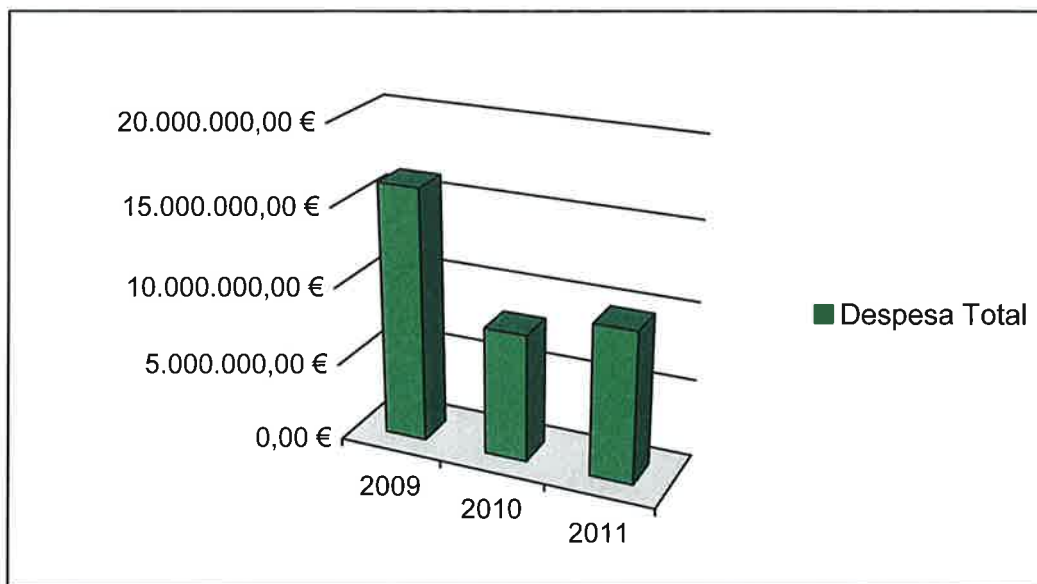


Gráfico n.º 1 – Despesa Total

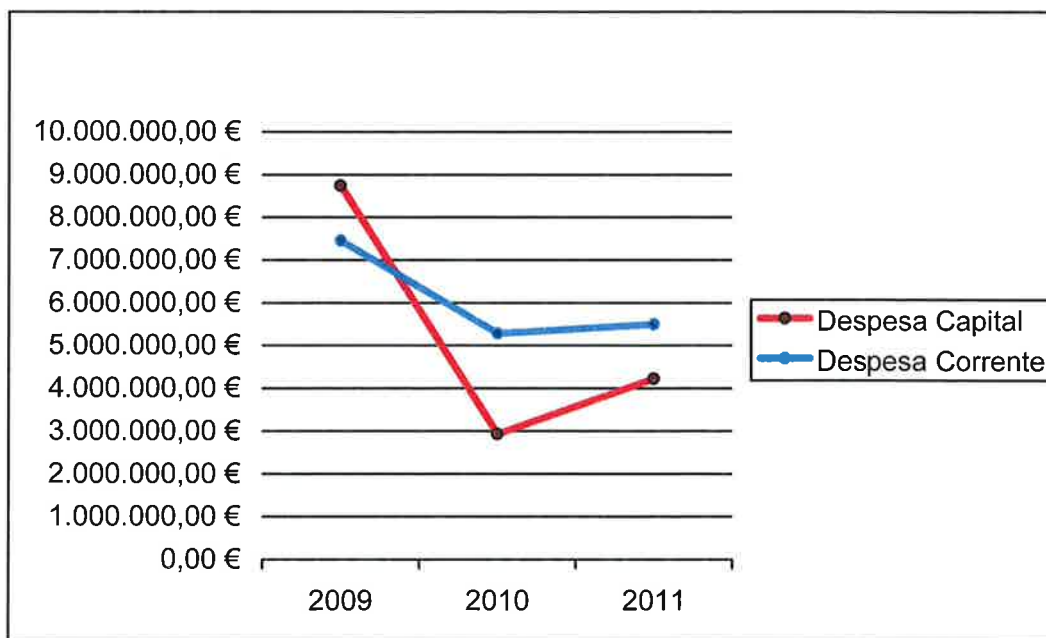


Gráfico n.º 2 – Despesa de Capital vs Despesas Correntes

Tal como se pode observar no gráfico anterior, a despesa de capital desceu drasticamente de 2009 para 2010. Contrariamente, em 2011 essa tendência inverteu-se, tendo-se verificado um crescimento significativo



na ordem dos 1,29 Milhões, em resultado do esforço do Município em fomentar o desenvolvimento e crescimento sustentado do Concelho, orientando esforços na criação de novas infra estruturas, e na manutenção e reparação das infraestruturas já existentes, permitindo deste modo assegurar a qualidade de vida da população Ribeirabravense.

No que diz respeito a despesa corrente, no exercício de 2011 verificou-se um aumento pouco significativo na ordem dos 4%. Este aumento resulta do esforço na contenção e escolha criteriosa das despesas que são efetuadas.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA:

Como se pode observar no Quadro nº.1, o montante despendido em investimentos totaliza 44% da despesa orçamental total, enquanto as despesas correntes totalizam os restantes 56% das despesas orçamentais totais, deste modo, verificamos que o total das despesas correntes tem um peso mais significativo no total da despesa comparativamente a despesa de investimento.

Ao nível das despesas correntes, as rubricas com maior expressão continuam a ser as despesas com aquisição de bens e serviços seguindo-se as despesas com pessoal. É de realçar que tanto as despesas com aquisição de bens e serviços como as despesas com pessoal sofreram em 2011 uma redução de aproximadamente 14% e 12% sensivelmente. Em relação as despesas com pessoal, estas sofreram um decréscimo na ordem dos 235 mil Euros face ao exercício de 2010, esta redução deve-se a cedência de interesse público dos 16 funcionários para a **ARM** - Águas e Resíduos da Madeira, S.A de acordo com a celebração do contrato de Adesão ao Sistema Multimunicipal de Recolha de Resíduos da Região Autónoma da Madeira e o Município de Ribeira Brava. Outra medida adotada que contribuiu igualmente para a redução das despesas com Pessoal, foi a modificação da política interna relativamente as horas extraordinárias que permitiu reduzir o referido encargo.

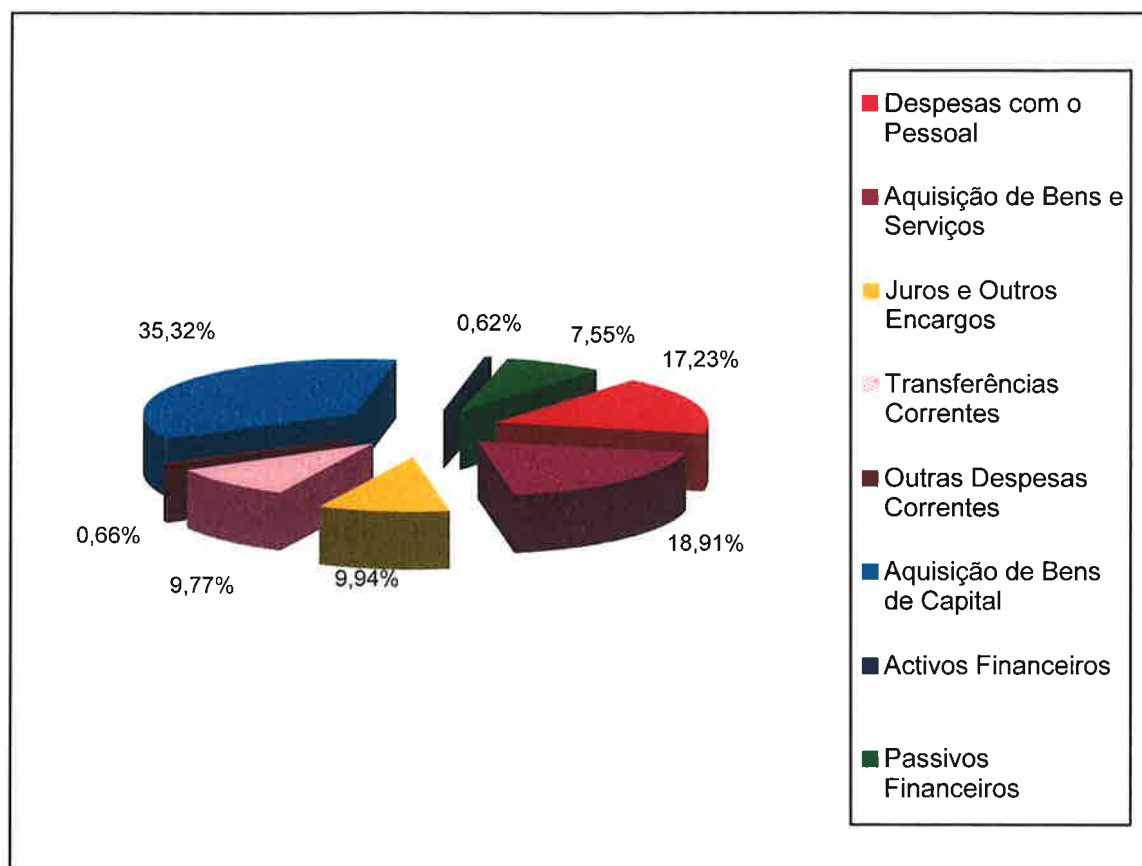


Gráfico n.º 3 - Total da Despesa Executada

Tal como se pode verificar no gráfico anterior, as rubricas com maior peso no total das Despesas correntes foram a rubrica “Aquisição de Bens e Serviços”, e “Despesas com Pessoal” perfazendo sensivelmente 18,9% e 17,23% do total da Despesa.

Como se pode constatar no gráfico seguinte, observa-se um aumento no total das despesas correntes, na ordem dos 209 Mil comparativamente a 2010. Contudo é de realçar que apesar do valor total das despesas ter aumentado, contrariamente verificou-se uma redução nas rubricas “Despesas com pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços, como já referido anteriormente.

É também de salientar que a “Aquisição de Bens e Serviços”, a semelhança ao exercício anterior, continua a ser a rubrica com maior peso na estrutura da despesa 18,9%.

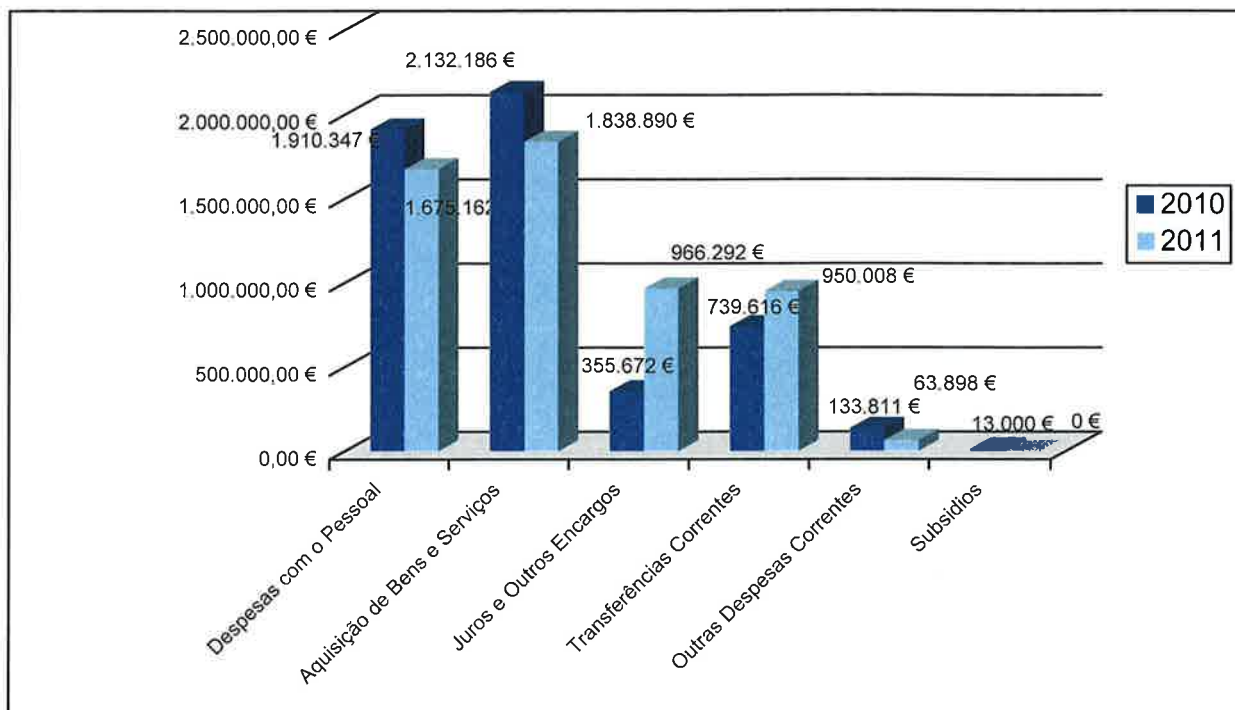


Gráfico n.º 4 – Total da Despesa Corrente Executada

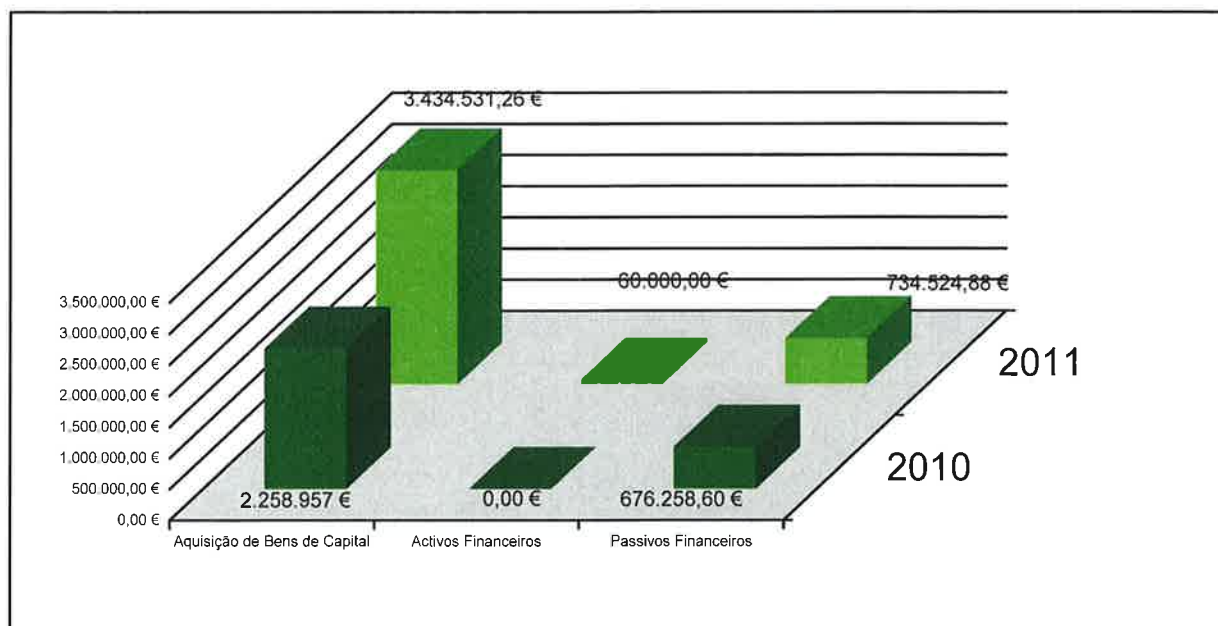


Gráfico n.º 5 – Total da Despesa Capitais Executada

No final do exercício 2011 observou-se um aumento drástico do total das despesas de capital na ordem dos 44%. Como se pode verificar no gráfico anterior, a rubrica “Aquisição de Bens de Capital” e “Passivos Financeiros”, aumentaram 1,17 Milhões e 58 Mil € respectivamente face a 2010.



EXECUÇÃO DA DESPESA:

O nível de execução da Despesa Total foi no exercício de 2011 de 31%. O valor orçamentado para as despesas correntes foi estimado em 13.014.742€ e o executado ficou pelos 5.494.250,48€ tal como se pode verificar no quadro n.º1. Se analisarmos o gráfico seguinte, podemos verificar que em relação a despesa de capital, a taxa de execução situou-se nos 23%, uma vez que despesa executada ficou muito aquém do previsto, 4.229.056,14€ face aos 18.154.843,99€ orçamentados.

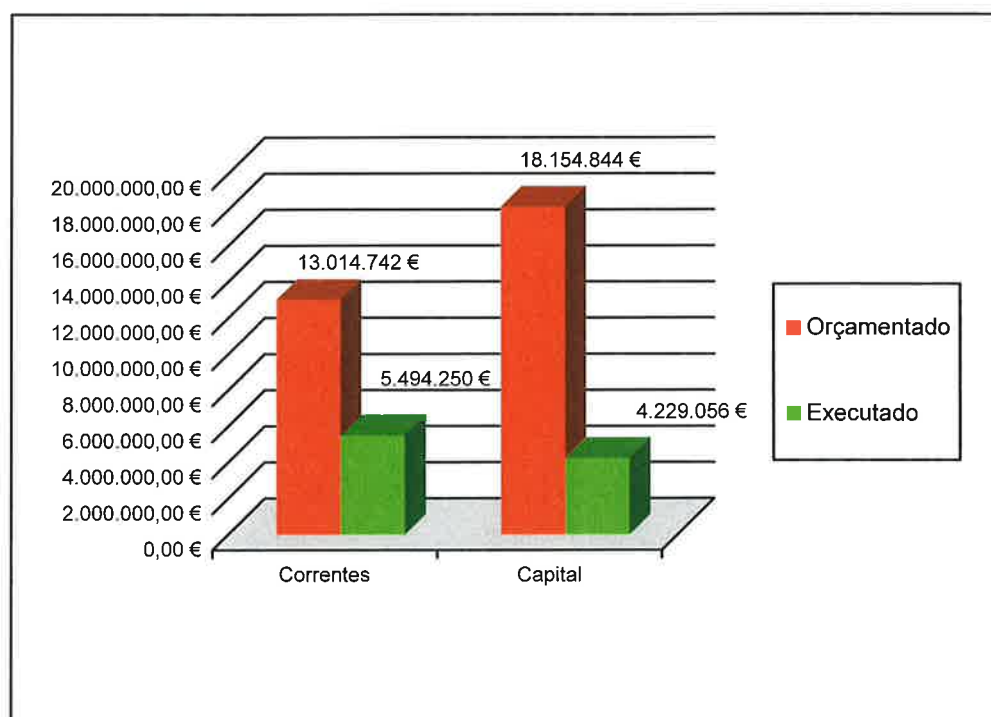


Gráfico n.º 6 – Grau de Execução da Despesa

Os desvios verificados entre os valores orçamentados e os executados nas despesas de capital são essencialmente causados pelo não recebimento atempado das verbas referentes a participações financeiras dos contratos programas, pois apesar de previstos para 2011, são efectivamente recebidos em anos posteriores.

No que concerne às despesas correntes, o facto de o valor executado ser significativamente inferior ao valor orçamentado, na ordem dos 42%, reflecte a política de contenção da despesa que tem vindo a ser adoptada por esta autarquia.

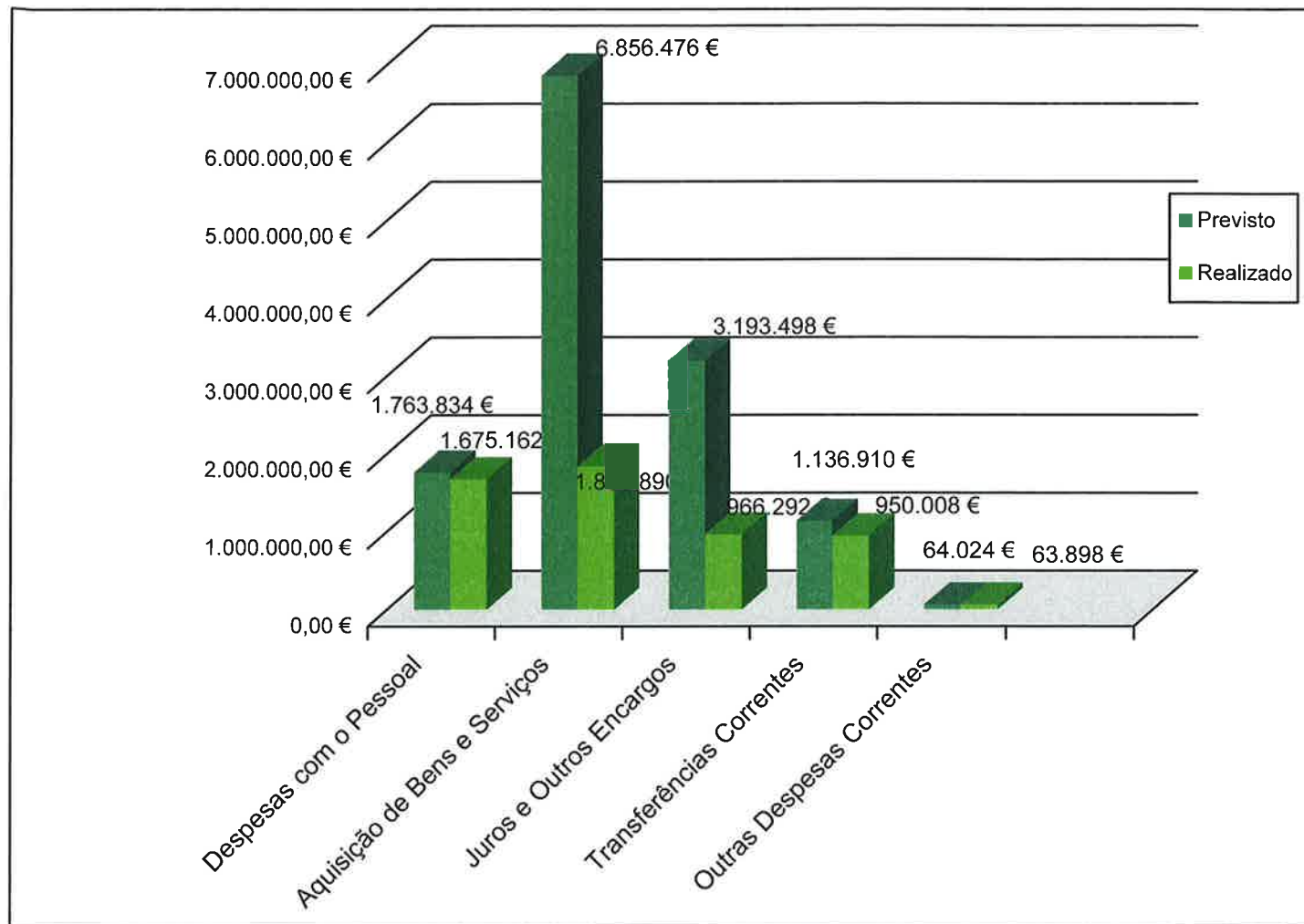


Gráfico n.º 7 – Grau de Execução das Despesas Correntes

Se analisarmos rigorosamente os gráficos, observamos que em todas as rubricas existem desvios entre o orçamentado e o executado.

Esta situação decorre da estratégia de contenção e redução da despesa imposta pela instabilidade dos mercados nacionais e internacionais provocadas pela crise Económica, Financeira e Social verificada a nível Mundial.

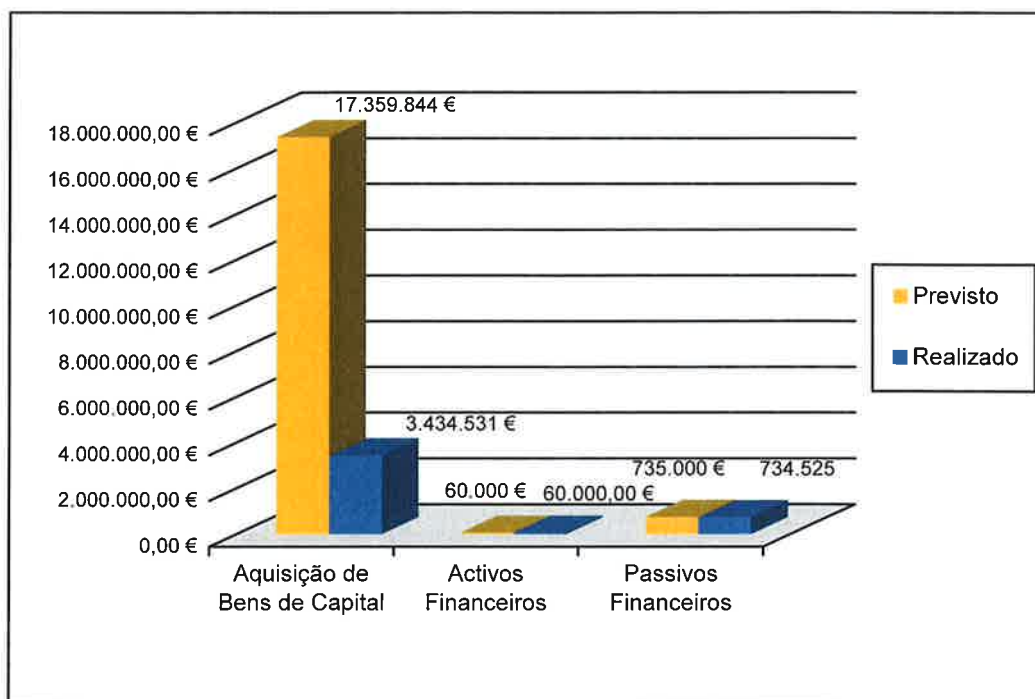


Gráfico n.º 8 – Grau de Execução das Despesas de Capitais

Os dados representados anteriormente comparam o grau de execução das despesas de capital, sendo notório que as previsões apresentadas foram de certo modo muito superiores aos valores efetivamente executados.

À maior discrepância verificou-se na aquisição de bens de capital, onde os valores efetivamente realizados ficaram aquém do valor estimado.

INDICADORES:

Os indicadores, também designados por rácios económicos permitem analisar os principais aspetos do desempenho da instituição:

- A evolução da atividade
- A eficiência da gestão
- O equilíbrio liquidez versus exigibilidade

**QUADRO N.º 2 INDICADORES ESTRUTURA DESPESA**

Indicadores Estrutura Despesa	2009	2010	2011
Despesa com Pessoal / Despesa Total	0,11	0,23	0,17
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Paga	0,16	0,25	0,19
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	0,03	0,11	0,11
Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	0,51	0,27	0,35

À exceção do rácio Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total, todos os restantes sofreram variações positivas de 2009 para 2010, inversamente de 2010 para 2011, excecionalmente, este indicador sofreu uma variação positiva.

Rácio **Despesa com Pessoal / Despesa Total**, mede o peso da despesa com pessoal na despesa total. Em 2011, este indicador sofreu uma variação negativa comparativamente a 2010.

Rácio **Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Despesa Paga**, mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total paga.

Rácio **Serviço da Dívida / Despesa Paga**, mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total. Do total da despesa do município, 11% diz respeito aos juros e amortizações de empréstimos bancários pagos em 2011.

Rácio **Aquisição Bens Capital / Despesa Total**, mede o peso da despesa com investimento na despesa total. Este rácio manteve-se inconstante nos últimos três anos. A despesa com investimento tem um peso muito significativo no total da despesa do Município, 35% em 2011.

3.1.2. RECEITA**EXECUÇÃO DA RECEITA:**

Face ao exercício de 2010, o total das receitas orçamentais do Município cresceram, observando-se um aumento significativo na ordem dos 9%. É de salientar que as receitas de capitais atribuídas por fundos comunitários e contratos programa, são em parte, referentes a investimentos já realizados anteriormente, ficando ainda por receber parte significativa das participações das obras efetuadas.



QUADRO N.º3 EXECUÇÃO DA RECEITA

Receitas Correntes				
Receitas	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Impostos Diretos	3.219.000,00	874.530,40	27,2%	9,3%
Impostos Indiretos	514.100,00	82.440,83	16,0%	0,9%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	815.100,00	137.159,65	16,8%	1,5%
Rendimentos Propriedade	19.000,00	966,14	5,1%	0,0%
Transferências Correntes	4.034.620,00	3.071.972,06	76,1%	32,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.313.922,00	892.213,50	20,7%	9,5%
Outras Receitas Correntes	85.000,00	48.563,56	57,1%	0,5%
Total Receitas Correntes	13.000.742,00 €	5.107.846,14 €	39,3%	54,4%

Receita de Capital				
Receitas	Orçamentado	Executado	% Execução	% Global
Vendas Bens de Investimento	4.502.208,00			
Transferências Capital	13.150.705,42	4.273.030,61	32,5%	45,6%
Passivos Financeiros	75.000,00			
Total Receitas Capital	17.727.913,42 €	4.273.030,61 €	24,1%	45,6%

Total Geral	30.728.655,42 €	9.380.876,75 €	30,5%	100,0%
--------------------	------------------------	-----------------------	--------------	---------------

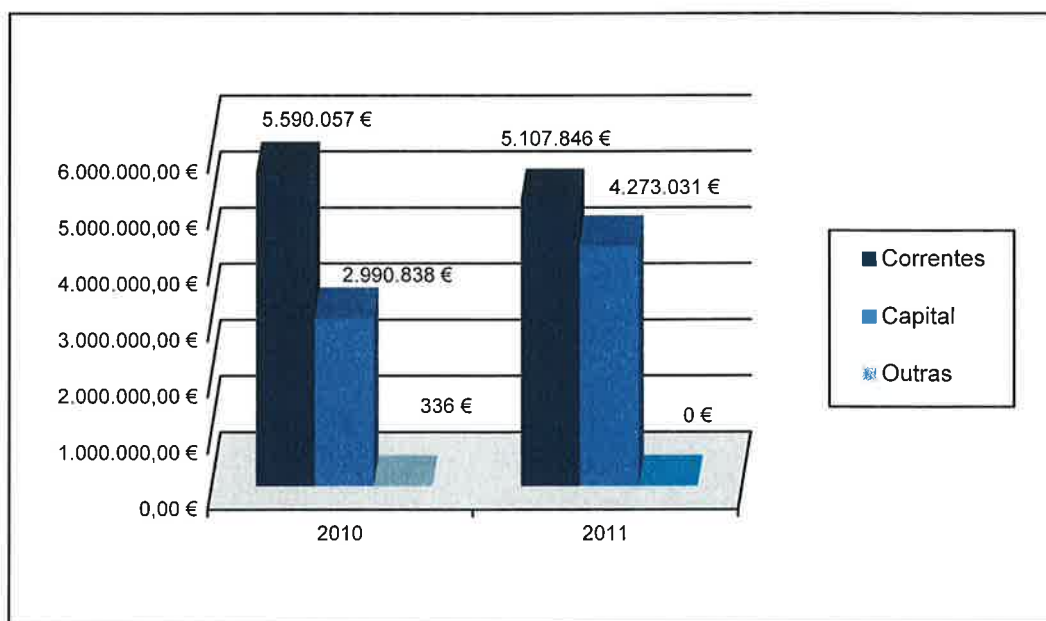




Gráfico n.º 9 – Receita Total

COMPOSIÇÃO DA RECEITA:

Tal como se pode observar no quadro n.º3, em 2011 o total da receita arrecadada do Município per fez o montante de 9.380.876,75 €, onde as receitas de capital assumem o valor de 4.273.030,61€, as receitas correntes 5.107.846,14€. Por outro lado em 2011 identifica-se um aumento acentuado nas transferências de capital, na ordem dos 1.28 Milhões Euros.

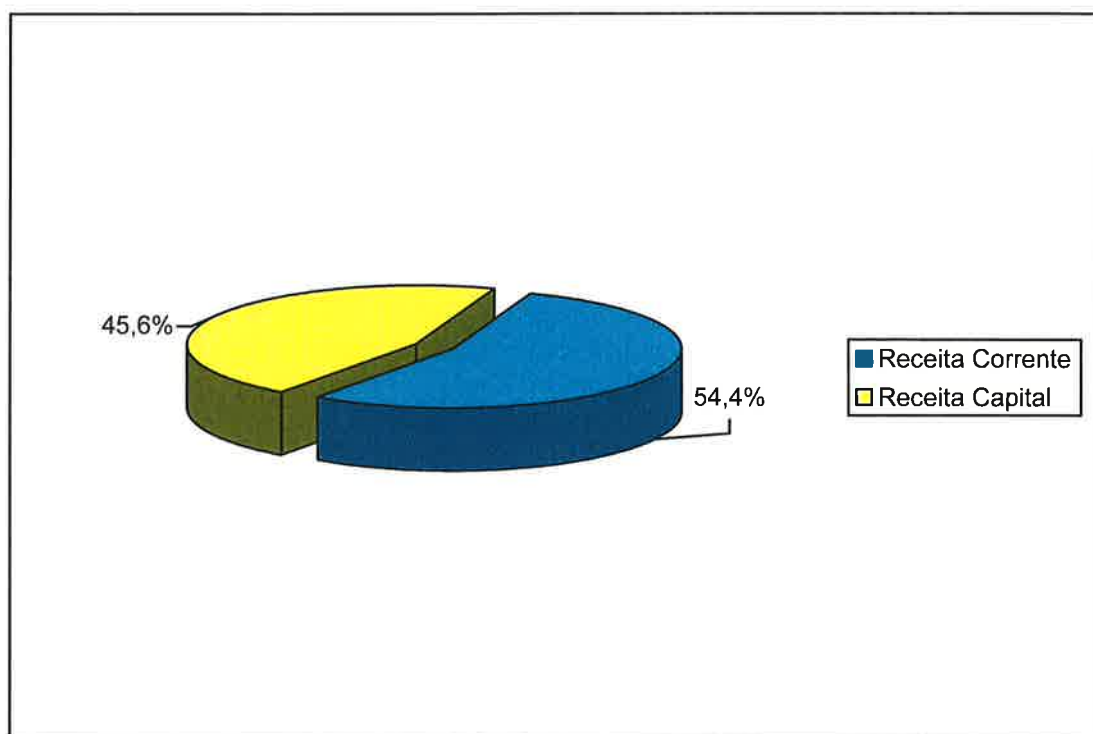


Gráfico n.º 10 – Total das Receitas Executado



EXECUÇÃO DA RECEITA:

O grau de execução da receita foi de 31%, contudo conforme se pode observar no gráfico seguinte, um dos principais desvios ocorreu nas receitas capital, estava orçamentado 17.727.913,42€ e o executado ficou pelos 4.273.030,61€. Em termos percentuais, o valor executado ficou nos 24% do previsto inicialmente.

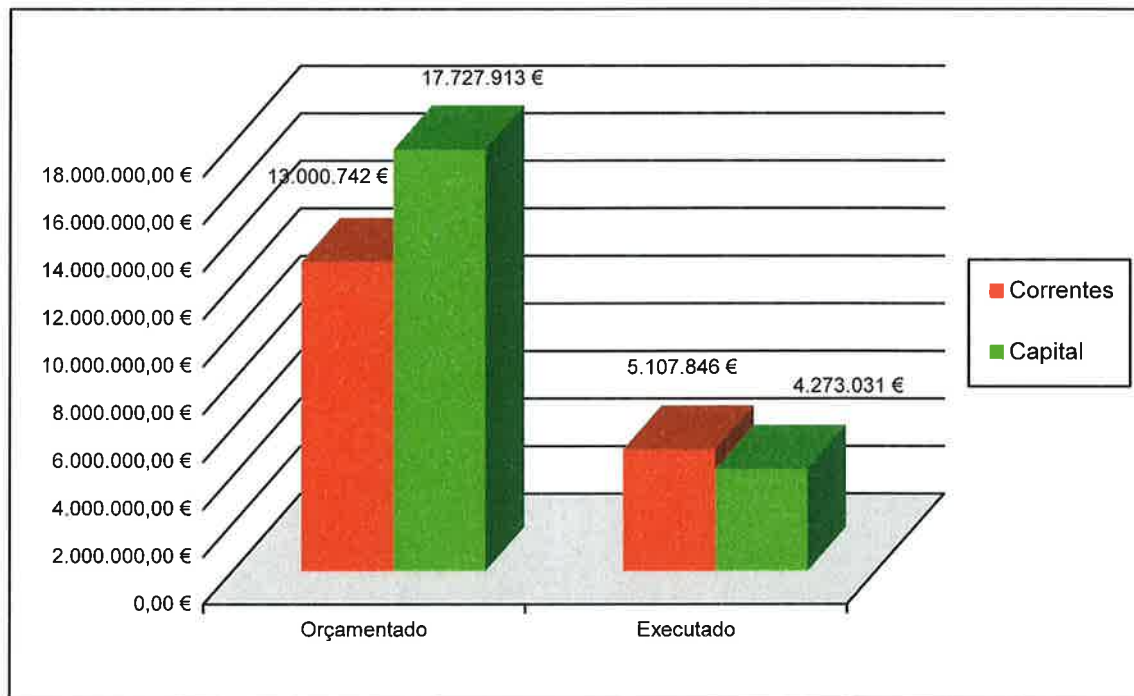


Gráfico n.º 11 – Grau de Execução da Receita

Quanto a execução orçamental das receitas de capital, estas dependem de fatores externos não controlados pelo Município, pois trata-se de verbas atribuídas pelo Governo Regional, Fundos Comunitários e Orçamento de Estado.

As verbas recebidas do Orçamento de Estado são sempre atribuídas segundo uma periodicidade mensal, fator contrastante com as verbas atribuídas pelo Governo Regional e Fundos Comunitários que apresentam desvios temporais em relação ao previsto, conduzindo a valores de execução orçamental mais baixos.

**QUADRO N.º 4 RECEITAS PRÓPRIAS**

Descrição	Valor	%
Impostos Diretos	874.530,40	43,0 %
Impostos Indiretos	82.440,83	4,0 %
Taxas, multas e Outras Penalidades	137.159,65	6,7 %
Rendimentos Propriedade	966,14	0,1 %
Venda de Bens e serviços Correntes	892.213,50	43,8 %
Outras Receitas Correntes	48.563,56	2,4 %
Total das Receitas Próprias	2.035.874,08 €	100%

No gráfico seguinte, representa-se, a estrutura das receitas da Câmara por proveniência. Destaca-se o facto das receitas próprias do Município apresentarem valores relativamente baixos, na ordem dos 22% do total da receita, contrariamente as transferências do Estado destinadas ao nosso Município 53%.

Concluimos assim, que o Município continua extremamente dependente das transferências do Estado e Governo Regional.

Salienta-se também, que, qualquer variação nas verbas atribuídas pelo Governo Regional e Orçamento de Estado tem um impacto profundo na execução orçamental do Município.

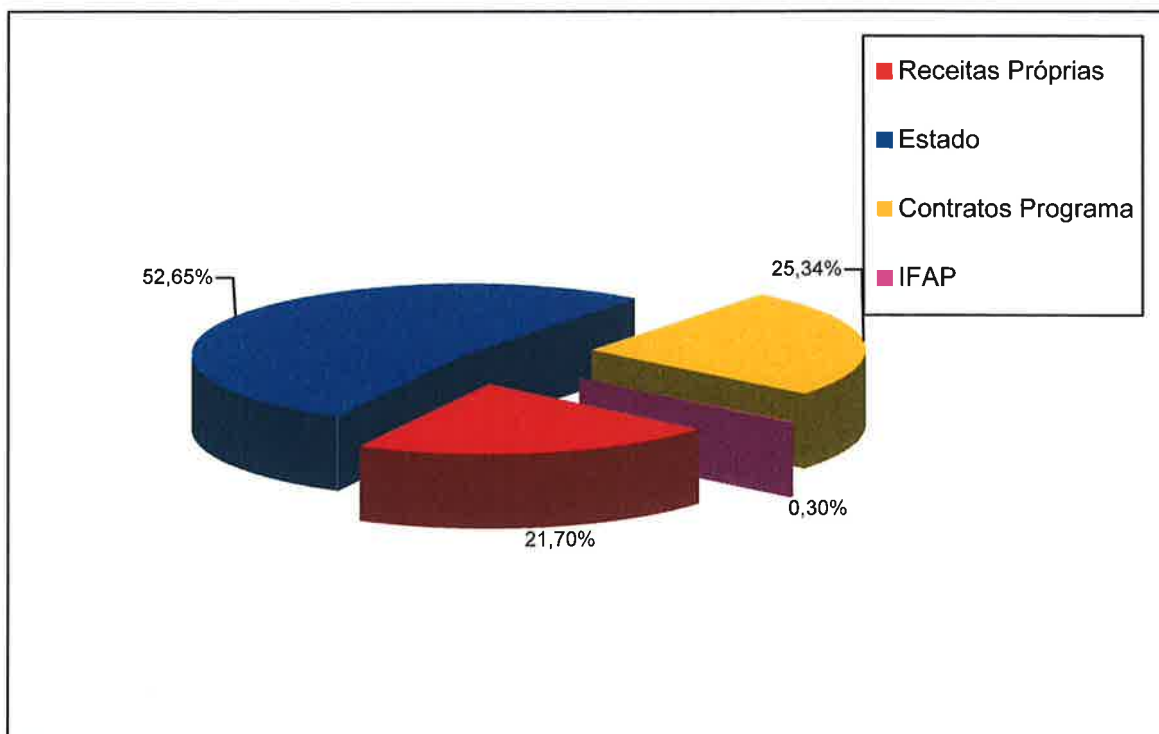


Gráfico n.º 12 – Estrutura da Receita



Dentro das Receitas Próprias, as receitas que têm um peso mais significativo na estrutura da entidade continuam a ser, os impostos directos e as vendas de bens e serviços. É de salientar que em 2011, o montante arrecadado na rubrica venda de bens e serviços diminuiu, nomeadamente a venda de água, esta redução deve-se ao contrato de adesão ao sistema multimunicipal de distribuição de água e saneamento básico e ao sistema multimunicipal de recolha de resíduos da Região Autónoma da Madeira celebrado entre ARM e o Município de Ribeira Brava.

Dentro dos impostos directos inclui-se os impostos sobre o património, IMI, estes representam o recurso com maior expressão no conjunto das receitas próprias, 25%, como já referido anteriormente.

Os impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, e os rendimentos de propriedade, representam no seu conjunto 10% do total das receitas próprias.

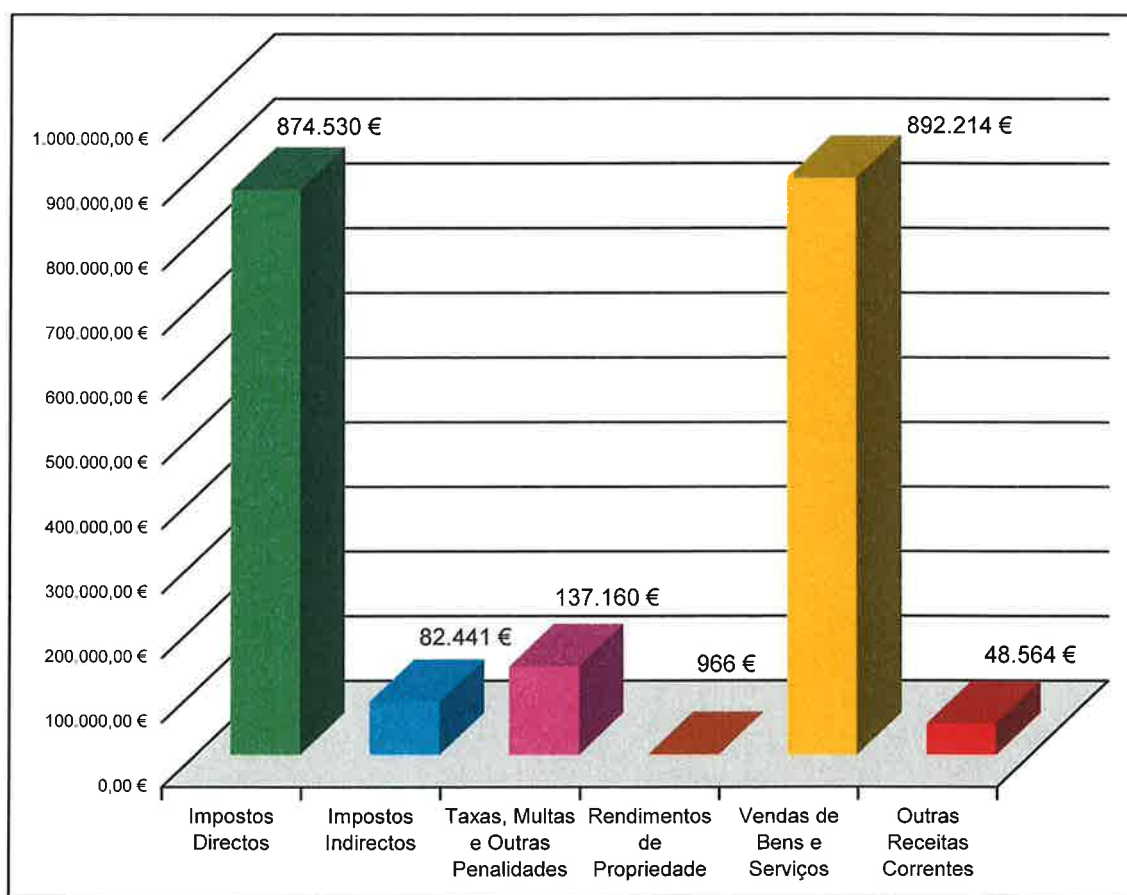


Gráfico n.º 13 – Receitas Próprias

**EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS:****QUADRO N.º 5 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS**

Receitas Próprias	2009	2010	2011
Total	2.121.154,53 €	2.072.802,39 €	2.035.874,08 €

Como se pode verificar no quadro anterior, o valor das receitas próprias tem vindo a diminuir nos últimos anos. Relativamente a 2011, as receitas próprias assinalam um valor de 2,03 milhões de euros, denunciando uma redução na ordem dos 1,7% face ao volume verificado no ano anterior.

Não obstante o disposto, o montante obtido em 2010 é inferior ao valor já obtido em 2009, apresentando, face ao ano referenciado, uma variação absoluta negativa em 48 mil euros.

INDICADORES:**QUADRO N.º 6 INDICADORES GRAU COBERTURA GLOBAL RECEITAS E DESPESAS**

Indicadores grau cobertura Receitas Despesas	2009	2010	2011
Receitas Próprias Cobradas/ Despesa Total Paga	0,13	0,25	0,20
Receita Corrente Cobrada/ Despesa Corrente Paga	0,69	1,06	0,93
Receita Capital Cobrada / Despesa Capital Paga	1,25	1,02	1,01

O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RP/DT)**, mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (Tal como referido anteriormente, o total das receitas próprias tem vindo a diminuir ao longo dos últimos três anos. Consequentemente ao longo dos últimos anos este indicador manifestou uma variação negativa na ordem dos 20%)

O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)**, mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas. Analisando o comportamento deste indicador ao longo destes três anos, verificamos que excepcionalmente no exercício de 2010 as receitas correntes cobradas foram suficientes para fazer face às despesas correntes pagas

O rácio **Grau Cobertura Global das Receitas e das Despesas (RC/DC)**, mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas da mesma natureza pagas. Apesar de este indicador vir a diminuir ao longo destes três anos, conclui-se que as receitas de capitais obtidas durante o exercício cobrem as despesas de capital.



QUADRO N.º 7 INDICADORES ESTRUTURA RECEITA

Indicadores Estrutura Receita	2009	2010	2011
Receitas Próprias / Receita Total	0,13	0,24	0,21
Impostos directos / Receita Total	0,04	0,10	0,09
Vendas Bens e Prestações Serviços Corrente / Receita Total	0,06	0,11	0,09
Passivos Financeiros (receita) / Receita Total	0,41	0,00	0,00

O rácio **Estrutura Receita (RP/RT)**, mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Conforme se pode verificar, as receitas próprias têm perdido a sua representatividade nas receitas totais em 12,5%. Logo a dependência do Município face a receitas provenientes de terceiros é cada vez maior.

O rácio **Estrutura Receita (ID/RT)**, mede o peso das receitas provenientes de impostos directos nas receitas totais.

Nos exercícios 2010 e 2011, este mantém-se praticamente inalterável. Em 2011, verificou-se que das receitas totais, 9% são provenientes da cobrança de Impostos.

O rácio **Estrutura Receita (VB e PS/RT)**, mede o peso da receita proveniente da venda de bens e da prestação de serviços na receita total. Se observarmos o quadro n.º 7, verificamos que nos últimos três anos, o rácio Vendas de Bens e Prestações de Serviços / Receita Total tem tido um comportamento inconstante. Verificou-se em 2011 uma redução de 18% Comparativamente a 2010, resultante da assinatura do contrato de Adesão entre o Município e a ARM, como já referido anteriormente.

O rácio **Estrutura Receita (PF/RT)**, mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total do Município. Em relação a este rácio não se pode tirar ilações já que nos exercícios de 2010 e 2011 não se verificaram movimentos nesta rubrica.



4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. BALANÇO

“O balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e económica de uma Entidade reportado ao final do exercício económico. O Balanço não é mais do que uma “fotografia” instantânea do valor patrimonial da autarquia numa determinada data. Por outras palavras, o Balanço apresenta aquilo que a autarquia tem e que pode utilizar na sua atividade, e aquilo que a autarquia deve num determinado momento”.

O Ativo Líquido do Município atingiu, no exercício de 2011, um valor de 143.918.674,26 €, que representa face ao período anterior uma redução de 11,249.641,49 €. Esta redução deve-se sobretudo a regularizações efetuadas na rubrica Outros Devedores, nomeadamente das verbas a receber de contratos programa assinados com Governo Regional.

Conforme se pode observar no gráfico seguinte e de acordo com o referido anteriormente, existe uma redução drástica no Ativo Líquido esta diretamente relacionada com a redução das dívidas de Terceiros de Curto Prazo, no montante de 9.907.566,92 €.

Verifica-se também um aumento das amortizações acumuladas no valor de 4,68 Milhões Euros face a 2010. Tal deve-se ao facto de neste exercício procedermos a inventariação de obras que se encontravam em curso mas que efetivamente foram concluídas em anos anteriores, contudo tal ainda não haviam sido refletidas contabilisticamente, neste sentido a contabilidade procedeu a essas retificações refletindo essas mesmas amortizações de anos anteriores na conta “Resultados Transitados”.

É importante salientar que caso não sejam consideradas as amortizações, uma vez que as mesmas representam apenas valor contabilístico, não implicando despesa efetiva de meios financeiros, o total do ativo bruto seria de 209.655.037,98 € em 2011, comparativamente aos 216.225.579,20 € verificados em 2010.

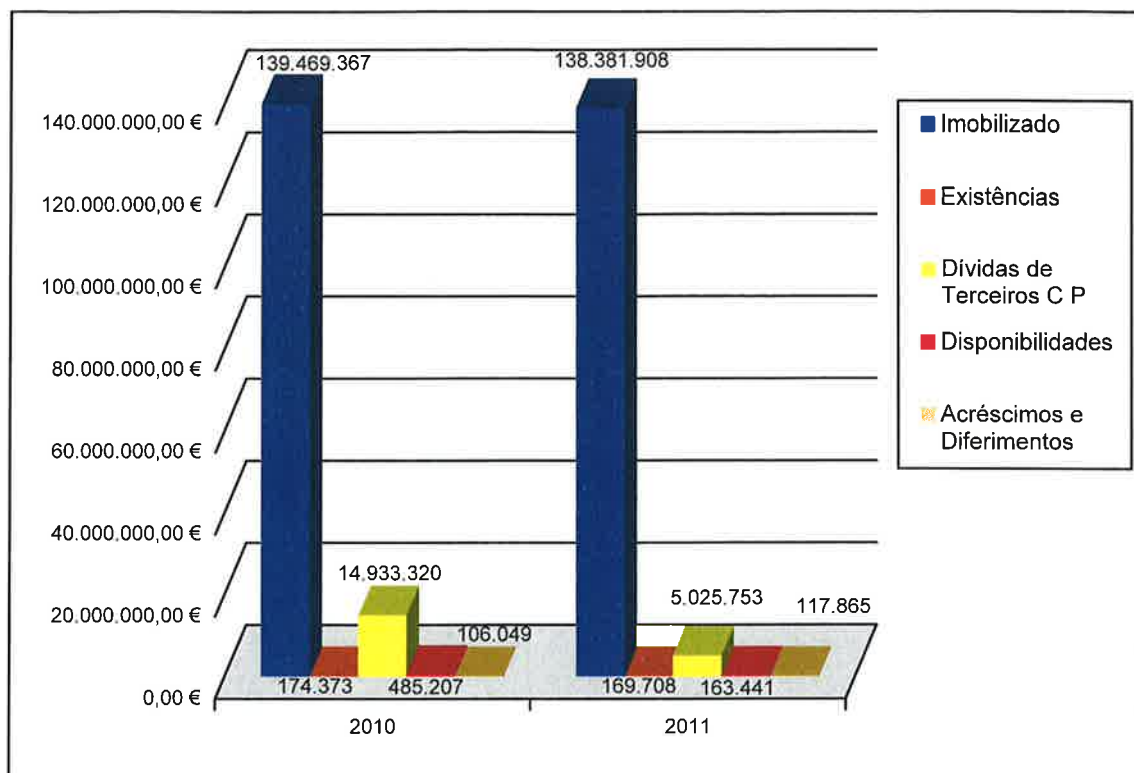


Gráfico n.º 14 – Estrutura do Activo Líquido

Pela análise do gráfico anterior, concluímos que a estrutura do Ativo Líquido manteve-se praticamente inalterável nestes dois exercícios. Tal como já foi referido anteriormente, verificou-se uma diminuição drástica nas dívidas de terceiros Curto Prazo, nomeadamente na rubrica Outros Devedores. Em relação a rubrica Acréscimos e Diferimentos, esta aumentou sensivelmente 11 Mil Euros em 2011. Este aumento resulta, tal como já referido anteriormente, do esforço do Município em reconhecer os custos nos anos a que dizem respeito.

Tal como está previsto no Pocal (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o Passivo são obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados (dívidas a pagar).

No que respeita ao passivo, este em 2011 totalizou 61.064.762,45 Euros, contudo mais de 64% deste valor é referente a proveitos diferidos, ou seja não se trata de uma dívida, mas sim de um proveito a reconhecer nos anos seguintes, conforme o princípio da especialização dos exercícios já referido anteriormente. Face ao ano anterior, podemos verificar que houve uma diminuição significativa no total do passivo, na ordem dos 1,21 Milhões Euros. Resultante em parte de regularizações efetuadas na rubrica Proveitos Diferidos. Note-se que em 2011 esta rubrica diminuiu 4,16 Milhões face a 2010.

Esta conta movimenta-se inicialmente a crédito pelo montante do proveito a diferir, por contrapartida de contas de terceiros, caso não se tenha efectuado ainda o registo do proveito.

Convém frisar que os subsídios para investimento assinados com Governo Regional, nos termos da lei ou de contratos programa, os quais, estando associados aos ativos, são movimentados numa base



sistemática para a conta 7983 – “Proveitos e Ganhos Extraordinários” a medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

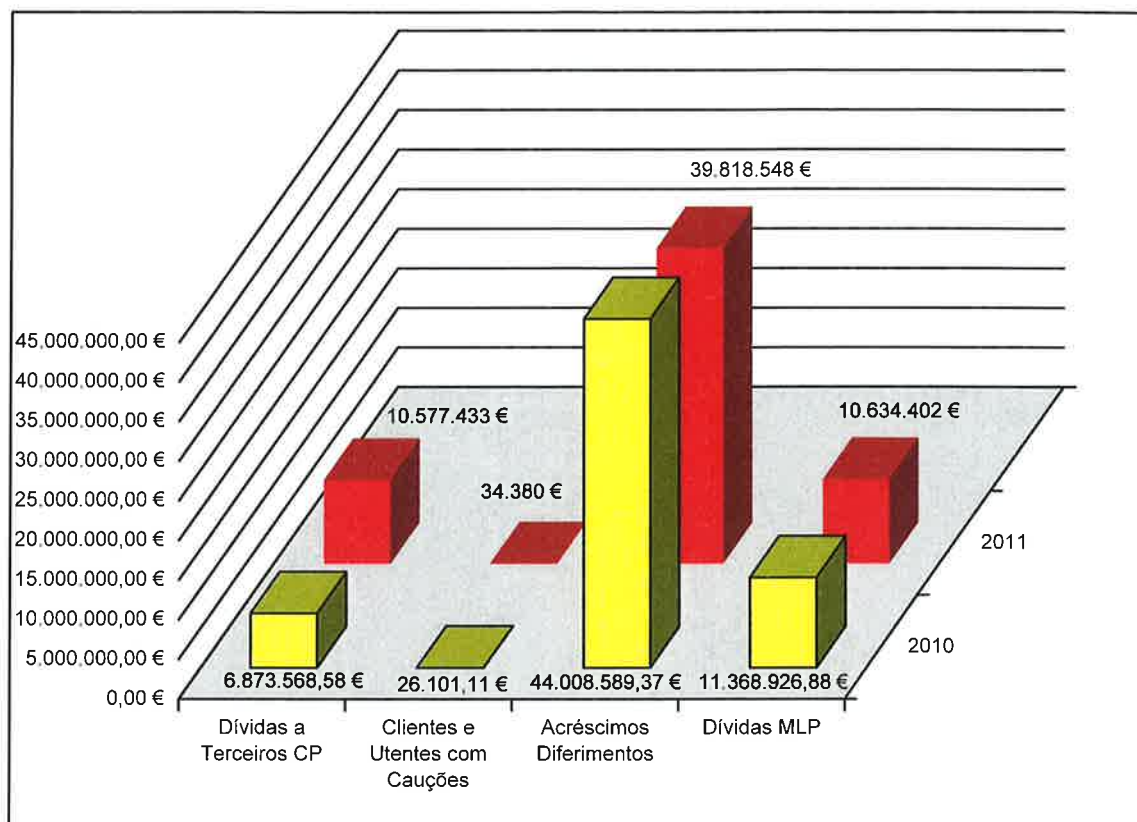


Gráfico n.º 15 – Estrutura do Passivo

Como se pode verificar no gráfico anterior as rubricas com maior peso no total do passivo nos ultimos dois anos, são os acréscimos e diferimentos, e as dívidas a médio e longo prazo.

As dívidas a médio e longo prazo, dizem respeito a amortizações de empréstimos bancários sobre o banco CGD e Santander Totta, contraidos pela autarquia em anos anteriores. Note-se que em 2011 esta conta sofreu uma variação negativa na ordem dos 6,46%, fruto dos pagamentos das amortizações em tempo oportuno.

Em relação aos acréscimos e diferimentos, destacamos os proveitos diferidos, que em 2011 sofreram uma variação negativa na ordem dos 9,5% graças a regularizações efectuadas neste exercicio, tal como já referido anteriormente.

**QUADRO N.º 8 EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS**

Evolução das Dívidas a Terceiros	2009	2010	2011
Dívidas a Terceiros MLP	12.045.185,48	11.368.926,88	10.634.402,00
Total Dívidas MLP	12.045.185,48 €	11.368.926,88 €	10.634.402,00 €
Dívidas a Terceiros CP:			
Fornecedores C/C	2.232.717,32	2.046.509,65	4.427.882,95
Fornecedores - Facturas Receção e Conferência	19.607,13	0,00	1.771.672,00
Fornecedores Imobilizado C/C	4.221.224,06	4.765.172,84	4.308.854,37
Estado e Outros Entes Públicos	92.759,04	54.750,10	57.708,73
Outros Credores	314.801,06	7.135,99	11.314,46
Total Dívidas CP	6.881.108,61 €	6.873.568,58 €	10.577.432,51 €

Tal como se pode observar no quadro anterior, e como já referido anteriormente, as dívidas a terceiros de MLP têm vindo a diminuir nos últimos três anos. Contrariamente, as dívidas a curto prazo que em 2009 e 2010 permaneceram praticamente inalteráveis. Salienta-se que no exercício em questão, estas sofreram um aumento na ordem dos 3,70 milhões. Para este aumento contribuíram as dívidas a fornecedores C/C no montante de 2.381.373,30€, as dívidas a fornecedores – Facturas em receção e conferência no montante de 1.771.672,00 € contudo, e em sentido contrario as dívidas a fornecedores de imobilizado diminuíram neste exercício 456.318,47€.

As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, comparativamente a 2010, aumentaram ligeiramente, em reflexo do Município, contrariamente ao exercício anterior, entregar efectivamente as retenções e descontos processados em Dezembro no Exercício seguinte.

5. ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Segundo o disposto na Lei n.º 2/2007 de 15 Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98 de 6 Agosto, nomeadamente nos artigos 36.º e 37.º, vêm estabelecer o conceito de endividamento líquido municipal, bem como o limite do endividamento líquido municipal. Define como sendo a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, e a soma dos ativos financeiros.

Tal como se pode verificar no quadro seguinte, o total do endividamento líquido do Município, em 2011 subiu exponencialmente comparativamente aos anos anteriores. Deve-se ao facto, de neste exercício, o Município proceder a regularizações das verbas a receber de contratos programa, tal como já foi referido anteriormente. Deve-se igualmente ao registo na contabilidade patrimonial de facturas de anos anteriores, na conta “Fornecedores – Facturas em Receção e conferência” e ao aumento das dívidas a Fornecedores C/C.



CÁLCULO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

QUADRO N.º 9 EVOLUÇÃO ENDIVIDAMENTO

		31 Dezembro de 2011		31 Dezembro de 2010		31 Dezembro de 2009	
		Devedores	Credores	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Disponibilidades							
Caixa	11	6.248,40	0,00	17.693,81	0,00	227.205,47	0,00
Depósitos Bancários	12	157.192,18	0,00	467.513,52	0,00	245.412,76	0,00
	15/18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terceiros							
Clientes C/C	21.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes C/C	21.2	213.937,97	0,00	158.292,21	0,00	151.948,45	0,00
Utentes C/C	21.3	5.167,76	0,00	9.444,41	0,00	2.554,42	0,00
Clientes Utentes - Cauções	21.7	0,00	34.379,82	0,00	26.101,11	0,00	28.133,47
Clientes Contribuintes e Utentes Agua	21.8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento de Clientes Utentes e Contribuintes	21.9	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores C/C	221	0,00	4.427.882,95	0,00	2.046.509,65	0,00	2.232.717,32
Fornecedores Fact em Recep e conf	228	0,00	1.771.672,00	0,00	0,00	0,00	19.607,13
Adiantamento a Fornecedores	229	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	231	0,00	10.634.402,00	0,00	11.368.926,88	0,00	12.045.185,48
Estado e Outros Entes Públicos	24	0,00	20.774,99	0,00	23.706,82	31.043,28	92.759,04
Devedores por exec orçamento	25.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por exec do orçamento	25.2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornec. de Imobilizado	261	0,00	4.308.854,37	0,00	4.765.172,84	0,00	4.221.224,06
Pessoal	262	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sindicatos	263	0,00	374,52	0,00	0,00	0,00	508,78
Devedores e Credores Diversos	268	4.758.773,73	0,00	14.727.404,17	0,00	12.589.997,12	314.292,28
Acréscimos e Deferimentos (Sem Subs. e Outr.Prov dif)	27	117.864,72	130.730,90	106.048,93	161.513,28	59.786,72	249.689,50
Empréstimos Concedidos	28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	411	135.000,00	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00	0,00
TOTAL		5.394.184,76	21.329.071,55	15.561.397,05	18.391.930,58	13.380.393,80	19.204.117,06

Endividamento Líquido Município		15.934.886,79		2.830.533,53		5.823.723,26
--	--	----------------------	--	---------------------	--	---------------------

Unid.: Euros



A Lei da Finanças Locais estipula que, no caso de incumprimento dos limites referidos, os Municípios devem reduzir, em cada ano subsequente, 10% do montante em excesso. Atendendo aos cálculos precedentes, Município de Ribeira Brava, excedeu o limite de endividamento em 7.850.602,23€.

QUADRO N.º10 ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO

Receitas Municipais	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos / Restituições	Receita Cobrada Líquida
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	481.806,79	23.262,40	458.544,39
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	206.015,51	8.591,15	197.424,36
Imposto Único Circulação (IUC)	150.394,67	3.759,82	146.634,85
Contribuição Autárquica	790,18	19,72	770,46
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS	839.007,15	35.633,09	803.374,06
Orçamento de Estado 2011	-	-	4.757.342,00
Total Receita considerar p/ efeitos Cálculo de limite endividamento	-	-	5.560.716,06
Limite Endividamento Curto Prazo	-	-	556.071,61
Limite Endividamento de MLP	-	-	5.560.716,06
Limite ao Endividamento Líquido (a)	-	-	6.950.895,08
Capital Dívida de médio e Longo Prazo	-	-	10.634.402,00
Excepcionados ao Limite			1.133.389,49
			9.501.012,51
Total Endividamento Líquido Município	-	-	15.934.886,79
Excepcionados ao Limite	-	-	1.133.389,49
(b)			14.801.497,30
Excesso Endividamento (a - b)			-7.850.602,23



6. INDICADORES DE GESTÃO

Tendo em conta, as particularidades e limitações duma estrutura pública, no caso particular dos Municípios, cujo objetivos primordial é a satisfação das necessidades dos utentes, não é fácil encontrar rácios apropriados para analisar as contas, contudo apresentamos de seguida alguns rácios.

QUADRO N.º 11 INDICADORES GESTÃO

RÁCIOS		2009	2010	2011
Autonomia Financeira	Fundos Próprios/Ativo Líquido	0,57	0,59	0,57
Solvabilidade	Fundos Próprios/ Passivo	1,35	1,49	1,35
Liquidez Geral	Circulante/Passivo C.P	1,95	2,26	0,5
Liquidez Reduzida	Ativo Circulante - Existências/Passivo CP	1,92	2,43	0,49
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo CP	0,06	0,07	0,01
Dependência MLP	Divida MLP/Ativo Total	0,07	0,07	0,07
Endividamento	Dividas a Terceiros CP/Fundos Próprios + Passivo	0,04	0,04	0,07

Unid: %

O rácio da **Autonomia Financeira**, este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quanto maior for este rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que dará maior autonomia. Note-se que este indicador, tem-se mantido praticamente inalterável nos últimos três anos, tal como se pode verificar no quadro anterior. Resulta daí, que o Município está dependente dos financiamentos externos.

O rácio de **Solvabilidade** mede a capacidade financeira global da entidade poder solver os seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver as dívidas (de curto e médio e longo prazo). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores. Quanto maior for este rácio, maior será a capacidade de solver compromissos. Tal como o anterior, em 2011 verificou-se uma descida pouco significativa.

O rácio de **Liquidez Geral**, mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Quanto maior for este rácio, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos previstos. Se analisarmos o gráfico anterior, podemos verificar que em 2011 este indicador sofreu uma variação substancial quando comparado com os anos anteriores. Revelando a fraca estrutura do ativo circulante para cobrir os débitos de curto prazo.

O rácio de **Liquidez Reduzida**, mede a capacidade das disponibilidades e dos créditos de curto prazo cobrirem as dívidas de curto prazo. À semelhança do rácio anterior, em 2011 verificou-se uma quebra acentuada, as disponibilidades e os créditos de curto prazo não são suficientes para cobrirem as dívidas de curto prazo.



O rácio de **Liquidez Imediata**, mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. Verifica-se valores relativamente constantes em 2009 e 2010. Em 2011, à semelhança dos rácios anteriores, este diminuiu significativamente. Deste modo, podemos concluir a fraca possibilidade das disponibilidades cobrirem os débitos de curto prazo.

O rácio de **dependência MLP**, mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade. Apesar de valores relativamente baixos, o grau de dependência manteve-se constante nos últimos três anos.

O rácio de **Endividamento CP**, quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto prazo.

7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

QUADRO N.º 12 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Proveitos	2009	2010	2011
Vendas e Prestações de Serviços	941.421,64	882.354,61	780.525,79
Vendas	538.554,66	499.292,02	370.796,97
Prestações Serviços	402.866,98	383.062,59	409.728,82
Impostos e Taxas	916.924,22	1.052.149,85	1.080.371,02
Proveitos Suplementares	18.522,80	20.319,20	38.833,00
Transferências e Subsídios Obtidos	4.994.414,50	5.328.603,02	4.786.085,68
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.937,07	1.092,86	966,31
Proveitos Extraordinários	1.385.694,26	1.586.630,08	1.479.305,57
Total	8.259.914,49	8.871.149,62	8.166.087,37

Unid: Euros

Os proveitos totais evidenciam uma redução em 7%, refletido essencialmente, no decréscimo ocorrido nos proveitos relativos a vendas e prestações serviços, nomeadamente nas vendas (-25%), transferências subsídios obtidos (-10%) e proveitos e ganhos extraordinários (-6%). Em sentido inverso, salientam-se o acréscimo na rubrica Impostos e Taxas (2%).

**QUADRO N.º 13 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS**

Custos	2009	2010	2011
Custo Merc. Vend e Mat Consumidas	962.923,89	259.753,39	1.501.415,66
Mercadorias	678.584,92	6.762,60	1.334.569,73
Matérias	284.338,97	252.990,79	166.845,93
Fornecimentos Serviços Externos	2.183.049,31	1.690.210,29	2.821.169,15
Custos com Pessoal	1.833.088,06	2.025.737,06	1.703.798,13
Remunerações	1.606.079,37	1.741.606,12	1.392.578,88
Encargos Sociais	227.008,69	284.130,94	311.219,25
Transferências e Subs. Correntes Concedidos	826.437,36	752.629,45	907.635,50
Amortizações Exercício	4.535.525,80	4.389.641,72	4.476.232,88
Outros Custos Operacionais	91.318,04	69.847,28	53.272,96
Custos e Perdas Financeiras	131.740,81	265.871,73	304.801,75
Custos e Perdas Extraordinários	2.791.158,76	67.869,54	1.763.957,68
Total	13.355.242,03	9.521.560,46	13.532.283,71
Total (s/ amortizações)	8.819.716,23	5.131.918,74	9.056.050,83

Jnid:Euros

Os custos totais apresentam um aumento em aproximadamente 42%, significando, em volume monetário, um valor total na ordem das 4.010.723,25 Euros. Se extrairmos dos custos totais os custos relacionados com as amortizações do exercício, já que, apesar de serem consideradas para efeitos do cálculo do resultado líquido do exercício, estas não implicam fluxos financeiros. A variação (total s/ amortizações) ocorrida terá sido superior, assinalando um acréscimo superior a 76% (aumento de aproximadamente 3.924.132,09 Euros).

Note-se que o aumento substancial dos custos, deve-se, a contabilização de notas débito, juros de mora, facturas referentes a inceneração de resíduos, e finalmente facturas referentes a aquisição de água.

Quanto aos custos com pessoal, nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afecto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; prestações sociais directas e a ADSE. Estes custos denotam



uma diminuição em 15%, justificado pelo acordo cedência de interesse público, nos termos do artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 Fevereiro, diploma que aprovou o regime jurídico de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas de 16 funcionários para ARM, a partir de Setembro de 2011. Por outro lado, a medida tomada pela autarquia, no sentido de extinguir o pagamento das horas extraordinárias aos funcionários autárquicos. Note-se que os valores constantes na demonstração resultados são ligeiramente superiores comparativamente ao mapa dos fluxos de caixa, pelo facto de em 2011 procedermos a especialização do subsídio férias a pagar em 2012.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

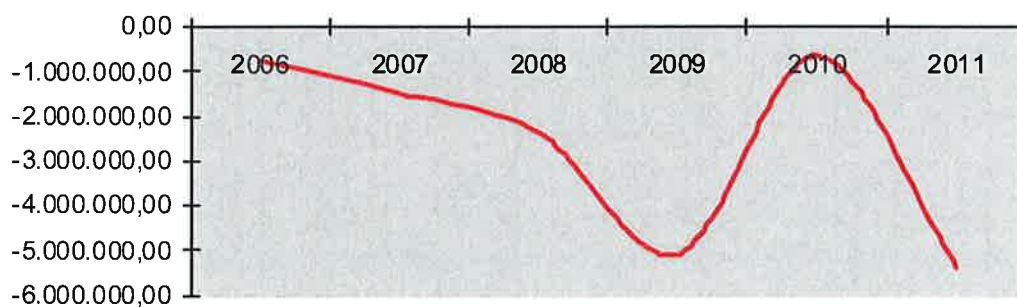


Gráfico nº 16 - Evolução Resultado Líquido Exercício

Se observarmos o gráfico anterior, verificamos que o Resultado Líquido do Exercício tem-se mantido negativo nos últimos 7 anos. No exercício de 2011 sofreu uma variação negativa no montante de 4,71 milhões euros face ao ano anterior. A redução dos proveitos, acompanhada pelo aumento substancial dos custos levou a que o resultado líquido do exercício (negativo) disparasse em flecha.



8. CONCLUSÃO

Face a instabilidade dos mercados Nacionais e Mundiais, as políticas estratégicas impostas pela troika, o Município de Ribeira Brava tem vindo implementar nos últimos anos políticas rigorosas a nível orçamental.

Dado aos cortes orçamentais, a redução das transferências para as autarquias e os limites impostos a toda a administração pública, esta edilidade tem efetivado esforços no sentido de gerir da melhor forma toda a estrutura autárquica, nunca menosprezando a satisfação das necessidades dos utentes.

Note-se que, todas estas medidas de austeridade impostas pelos compromisso estabelecidos no âmbito do auxílio económico ao nosso País, têm suscitado o agravar das condições sociais verificando-se um aumento do desemprego e perda de poder de compra, levando a conjunturas extremamente complexas a nível económico-social.

Apesar desta nova realidade tudo será feito pelos elementos afectos a Câmara Municipal para garantir o bem-estar dos nossos munícipes e a recuperação na íntegra do nosso Concelho e dos Municípes.

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em conformidade com o disposto no POCAL, ponto 273 aprovado pelo Decreto – Lei nº 54-A/99 de 22 Fevereiro propõe-se, que o Resultado Líquido do Exercício de 2011 no valor negativo de 5.366.196,34 Euros, seja aplicado na conta 59 - Resultados Transitados.

Órgão Executivo

Em 19 de Abril de 2012

Órgão Deliberativo

Em 27 de Abril de 2012